

Apoio ao discente nas instituições públicas de ensino superior - possibilidades e limites

Cristiane Pessôa da Cunha Lacaz¹; Thalita Arthur²

Resumo

O objetivo deste estudo é conhecer os tipos de serviço de apoio oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior – IES, particularmente, aos estudantes das instituições públicas, dos cursos de graduação em engenharia, tendo em vista o interesse e aproximação profissional com a temática. Foi realizado um estudo exploratório, com a intenção de reunir dados quantitativos sobre as instituições públicas de ensino de engenharia no estado de São Paulo, cadastradas no Ministério da Educação e Cultura [MEC]. Foram coletadas e analisadas as informações disponibilizadas no cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior e nos sites oficiais das respectivas instituições. Os dados apontam para uma crescente demanda por diversas estratégias, em todos os níveis de ensino, para incluir e facilitar a permanência do aluno nas instituições, particularmente, as de natureza pública. Diante do expressivo aumento de alunos no ensino superior, podemos observar uma tendência entre as IES em não mais se restringir a preocupações com o desempenho acadêmico e a frequência escolar de seus estudantes, buscando outros elementos e indicadores que também garantam uma consistente formação profissional.

Palavras-chave: Avaliação de políticas públicas, políticas educacionais, assistência estudantil, inclusão social, programa bolsa permanência

Support to the student in public institutions of higher education - possibilities and limits

Abstract

The purpose of this study is to know the types of support services offered by Higher Education Institutions [IES], particularly to students of public institutions, of undergraduate courses in engineering, aiming at the interest and professional approach to the subject. An exploratory study was carried out with the purpose of gathering quantitative data about the public institutions of engineering in the state of São Paulo, registered in the Ministry of Education and Culture [MEC]. The information provided in the e-MEC register of Institutions and Courses of Higher Education and in the official websites of the respective institutions were collected and analyzed. The data show a growing demand for various strategies at all levels of education to include and facilitate the student's permanence in institutions, particularly those of a public nature. Given the significant increase in the number of students in higher education, we can observe a tendency among Higher Education Institutions (IES) to no longer be restricted to concerns about the academic performance and school attendance of their students, seeking other elements and indicators that also guarantee a consistent professional formation.

Keywords: Evaluation of public policies, educational policies, student assistance, social inclusion, program bolsa permanência [permanence scholarship]

¹ Professora do Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Chefe da Divisão de Assuntos Estudantis. Praça Mal Eduardo Gomes, 50. Sala 2211 – Vila das Acácias; 12.228-900 São José dos Campos, SP, Brasil.

² IFSP-Professora EBTT. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo - Campus Capivari. Avenida Doutor Ênio Pires de Camargo, 2971 – São João Batista; 13360-000 Capivari, SP, Brasil.

Introdução

O objetivo deste estudo é mapear as políticas de permanências desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior [IES], destinadas aos estudantes dos Cursos de Graduação em Engenharia, nas diversas especialidades, das Instituições Públicas localizadas em São Paulo, destacando, principalmente, como o programa foi sendo implantado ao longo dos anos, tendo em vista o interesse pela temática e à proximidade do assunto com a minha atuação profissional.

É cada vez mais comum, particularmente, nas instituições públicas de ensino, a busca por estratégias, que visem acompanhar e facilitar a permanência do aluno. Entre os estudos existentes, principalmente nas áreas de Educação e Psicologia, a questão da evasão³ ou permanência no curso universitário, aparece com especial interesse de investigação. Observa-se um incremento gradativo das pesquisas acerca do tema, principalmente a partir de 1995, com a criação da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão, através da Portaria SESu/MEC, sugerindo uma preocupação com o assunto.

Os serviços de apoio ao estudante, de um modo ou de outro, sempre existiram nas instituições, porém, muito centrados nas questões emocionais e mais comuns nos cursos das áreas das ciências da saúde. Hoje, diversas pesquisas apontam para a necessidade de extensão desses serviços aos discentes de todos os cursos e com atuações que envolvam, também, aspectos sociais, econômicos e acadêmicos.

A crescente acessibilidade ao ensino superior, evidencia forte necessidade de acompanhamento dos ingressantes pois, da mesma forma, o acesso também tem promovido, casos de insucesso escolar, descontentamento e insatisfação com a opção escolhida, fazendo com que os alunos mudem de curso ou, em outros casos, abandonem os cursos que frequentam (Pouzada et al., 2002).

Ou seja, a partir da verificação apontada por Bori e Durham (2000) de que “existe um grupo de estudantes pobres que estão conseguindo ultrapassar barreiras ao longo de suas trajetórias escolares, ingressar e permanecer nas universidades públicas”, isso deve significar na prática, que estudos precisam ser mantidos, para que se conheça como ocorreu o processo de escolarização prévio, dos recém-admitidos nas instituições de ensino.

O início no ensino superior requer mudanças, normalmente, bastante significativas,

³ Conforme dados do MEC/SESU, através da Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Brasileiras, podemos encontrar três tipos de evasão: o desligamento do curso superior ou abandono; a transferência, trancamento ou exclusão pela Instituição de Ensino; e, a evasão do sistema, podendo ser definitiva ou temporária (1997).

para os jovens estudantes. Podem existir dificuldades de adaptação ao novo espaço do dia a dia, caso haja mudança de cidade, por exemplo, além de dificuldades de adaptação ao ritmo de estudos, imposto pelo novo nível de ensino. Antes, na maioria das vezes, os estudantes estavam sendo orientados na manutenção dos estudos para a aprovação no vestibular, onde os conteúdos são oferecidos e cobrados, de uma forma, diferente da realidade que se espera no curso superior, quando se exige do estudante, maior iniciativa, reflexão e responsabilidade com o seu aprendizado.

No ingresso em um curso superior, destacam-se ainda alguns outros desafios de importância para esta nova etapa. O estudante enfrenta a sensação de independência, pois, em muitos casos, deixa o suporte familiar mais próximo e precisa passar a administrar seu dia-a-dia. Além disso, ao experimentar o desenrolar da vida acadêmica, o jovem pode estar mais seguro de sua escolha, ou com dúvidas sobre a opção escolhida.

Almeida e Soares (2003) apontam que fatores de ordem social, econômica, vocacional e acadêmica podem interferir no percurso acadêmico do estudante universitário, estando combinados ou não. Entretanto, a dimensão acadêmica é a que mais exige do universitário, pois requer inúmeras adaptações a novo ritmo imposto pela nova fase estudantil.

De acordo com Jorge e Rodrigues (1995), o início da vida universitária é pontuada por mudanças significativas e podem levar a demandas variadas, envolvendo inclusive, situações bem mais graves e complexas, que poderão ser expressadas através de dificuldades de aprendizagem, evasão escolar, depressão, isolamento, entre outras manifestações, igualmente preocupantes.

Pesquisas realizadas com estudantes do ensino superior concluíram que ao ingressar nas instituições, o aluno pode desencadear ansiedade, dificuldades de estudo, concentração e, até mesmo, problemas que envolvam mal-estar físico (Bessa e Tavares, 2000) e que as dificuldades relacionadas ao ensino e aprendizagem e dificuldades pedagógicas estão entre as mais citadas pelos estudantes (Pelissoni et al., 2008). Esses trabalhos demonstram a importância de garantir, dentro das instituições, serviços que atendam os estudantes nas questões pedagógico-acadêmicas como importante meio para fomentar a permanência na educação superior. Essa lógica é referendada por diversas pesquisas que apontam questões de aprendizagem e adaptação à rotina universitária como importantes causas de evasão na educação superior (Souza et al., 2012).

Serpa e Santos (2001) observam que o ensino superior, como espaço de formação integral do estudante, para além das preocupações com o desempenho acadêmico, ainda é um

campo pouco explorado, como possibilidade de trabalho, para profissionais como o psicólogo escolar, o orientador vocacional, o assistente social e outros.

As leituras realizadas sobre experiências nacionais e internacionais sobre serviços de apoio aos alunos demonstram que, a forma como a escola pensa e lida com as necessidades de seus alunos define, o posicionamento da instituição e seu comprometimento com o processo de ensino e de aprendizagem, experimentado pelo seu corpo discente.

Síntese sobre a Trajetória da Assistência Estudantil:

Neste tópico será apresentado um recorte sobre como foram sendo estabelecidas as políticas de assistência ao estudante no Brasil, a partir do século XX, até os dias atuais.

Através do Decreto nº 14.343, de 07 set. 1920, o presidente da época, Epitácio Pessoa, cria a primeira universidade por iniciativa do governo federal, com o objetivo de reunir a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito, ambas do Rio de Janeiro. Em julho de 1937, a instituição passa a ser chamada de Universidade do Brasil e, a partir de 1965, passou a denominar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A Casa do Estudante do Brasil, criada em 1929, fixou-se na cidade do Rio de Janeiro e, conforme registra Assis (2013), passou a ser local de moradia e oferecer diversos serviços destinados aos estudantes carentes, podendo ser considerada a primeira ação no país destinada à assistência de estudantes.

Segundo Araújo (2007), a Casa do Estudante do Brasil era uma instituição beneficente sem fins lucrativos e que tinha por objetivo apoiar os estudantes mais pobres.

Sobre ações de regulamentação das políticas na área de assistência ao estudante, devemos destacar a promulgação do Decreto nº 19.851, de 1931, intitulado de Estatuto das Universidades Brasileiras, que, conforme registrado no Art. 108, previa concessão de bolsas, afim de garantir critério de justiça e de oportunidade.

A assistência estudantil foi introduzida na Constituição Federal no ano de 1934, sendo reconhecida como primeira ação importante, estabelecendo a educação como direito de todos e, em seu Art.157, determinando que a União, os Estados e o Distrito Federal, destinassem recursos para educação, conforme consta no §2º, que seriam aplicados no “auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica” (Brasil, 1934).

Com a Constituição Federal de 1946, em seu Art. 172, observamos que ações de assistência estudantil, passam a ser obrigatórias para todos os sistemas de ensino: “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (Brasil, 1946).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 20 dezembro de 1961, reafirma à “Assistência Social Escolar”, através dos artigos 90 e 91, incumbindo aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.

Com a Constituição Federal de 1967, temos a manutenção da garantia da educação como um direito de todos, com destaque para o artigo 168, que apresenta alguns avanços na área educacional, como o direito à igualdade de oportunidades educacionais, indicado gratuidade no ensino, para os alunos carentes, mediante bom aproveitamento. Sendo, no caso do nível superior, a gratuidade concedida, porém, com reembolso após conclusão do curso.

No ano de 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 62, §1º, especificou as dimensões da assistência estudantil garantidas pela Constituição Federal de 1967, destacando que, cada sistema de ensino compreenderá obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar, incluindo auxílios para a aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário, além de entidades que congreguem professores e pais de alunos, com o objetivo de colaborar para o eficiente funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

Em 1987, temos como importante destaque para o ensino superior, a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis [FONAPRACE], que possui como objetivos: [...] assegurar os direitos dos discentes, docentes e dos técnicos administrativos, bem como uma autonomia política e um financiamento adequado para as Universidades Federais (FONAPRACE, 20070).

A partir de 1989, o FONAPRACE passa a ser subordinado à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior [ANDIFES], atuando como órgão consultivo, recebendo a responsabilidade de conduzir em 1996, um grande estudo para dar visibilidade, a realidade das universidades públicas brasileiras e de seus alunos.

Diante dos dados obtidos na pesquisa, foi possível identificar a necessidade da criação de políticas de permanência e conclusão dos cursos, por intermédio de ações de assistência ao estudante. A pesquisa realizada contou com 84,62 % das 52 IFES brasileiras e foi realizada no segundo semestre letivo de 1996.

Em 2001, como resultado da pesquisa, a Assistência Estudantil foi incluída no Plano Nacional de Educação [PNE], por meio da Lei nº 10.172. Tal legislação estabeleceu como meta para o Ensino Superior “estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de

assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes, com adequado desempenho acadêmico” (Brasil, 2001).

A minuta do Plano Nacional de Assistência Estudantil, mencionada acima, estabeleceu diretrizes para a definição de programas e ações na área, demonstrando ao Estado a necessidade de destinação de verbas específicas para a manutenção da assistência ao aluno (FONAPRACE, 2012). Vale ressaltar que o FONAPRACE encaminhou, em abril de 2001, à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior [ANDIFES], a versão final do Plano Nacional de Assistência Estudantil, sendo que este passou a ser o documento norteador para as ações relacionadas ao tema, incluindo a elaboração de propostas de recursos orçamentários para as Universidades Federais investirem em Assistência Estudantil (FONAPRACE, 2012).

No biênio 2003-2004, a ANDIFES encomenda outro Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras, que, com os resultados encontrados, reforçaram os alicerces para a formulação do Plano Nacional de Assistência Estudantil [PNAES/ Decreto nº 7.234], que foi adotado e lançado pela ANDIFES em agosto de 2007, e por meio da Portaria Normativa nº39 do MEC, o PNAES foi instituído no âmbito da Secretaria de Educação Superior [SESu], em 12 de dezembro do mesmo ano e colocado, com a proposta de apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das IFES, viabilizando a igualdade de oportunidades e contribuindo, significativamente, para a melhoria do desempenho acadêmico.

Outra pesquisa, também encomendada pela ANDIFES, realizada no biênio 2009-2010, pelo FONAPRACE, que, segundo Silveira (2012), aponta para dados que registram a relevância dos programas de permanência estudantil, já que, por exemplo, os programas de transporte atendem a 10% dos estudantes, ocupando lugar de destaque na assistência estudantil, sendo amplamente utilizados pelas classes C, D e E em todas as regiões do país, além da importância do auxílio para alimentação.

Outra relevante legislação que merece destaque no que tange as políticas de acesso e permanência no ensino superior, foi a publicação da Lei nº 12.711, conhecida como Lei das Cotas, que, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, possui como objetivo, ampliar as condições de acesso ao Ensino Superior de estudantes de classes economicamente baixas.

Em 2013, através da Portaria nº 389 do MEC, foi criado o Programa de Bolsa Permanência, para apoiar estudantes em situação de vulnerabilidade social, indígenas e quilombolas, concedendo apoio financeiro aos estudantes de graduação, das instituições federais de ensino superior, que possuam renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e

meio e matriculados em cursos que apresentem carga horária acima ou igual a cinco horas diárias.

Com a aprovação em 2014, do Plano Nacional de Educação, temos as diretrizes e estratégias para a política educacional, ampliando e garantindo a assistência estudantil, destinadas aos alunos de instituições públicas, pelo período de dez anos.

Desta forma, concluímos esse breve recorte sobre a implementação da assistência estudantil no Brasil, destacando que, a partir dos anos 1980, os programas de apoio e permanência dos estudantes, particularmente, no âmbito Federal, passa a ter reconhecimento, a partir da criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, com especial destaque na concretização do Programa Nacional de Assistência Estudantil [PNAES].

Metodologia

Foi realizado um estudo exploratório com a intenção de reunir dados qualitativos e quantitativos sobre as instituições de Ensino de Engenharia no Estado de São Paulo, cadastradas no Ministério da Educação e Cultura - MEC.

Este tipo de estudo, objetiva promover um conhecimento mais aprofundados acerca de determinado assunto, a fim de que se possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses para a pesquisa e estudos posteriores. As pesquisas exploratórias, segundo Gil (1999), buscam demonstrar uma visão mais ampla e geral de determinado fato.

Ao se referir a pesquisa exploratória, Andrade (2002) aponta para as seguintes finalidades, tais como: proporcionar maiores informações sobre o assunto investigado; delimitação do tema de pesquisa; fixação dos objetivos e melhor formulação das hipóteses; ou ainda, proporcionar um novo olhar sobre o assunto.

Para Richardson (1999), este método é frequentemente aplicado nos estudos descritivos (aqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis), os quais propõem investigar “o que é”, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal.

O objetivo, através da escolha destes caminhos metodológicos, foi uma aproximação dos movimentos que estão sendo implementados e, em alguns acasos, já consolidados, nas instituições públicas paulistas e que se propõem a contribuir para o desenvolvimento das ações de permanência estudantil.

Ao iniciar a pesquisa, foram identificadas todas as Instituições de Ensino Superior do estado de São Paulo que oferecem cursos de Graduação, em qualquer uma das especialidades em Engenharia. O levantamento foi realizado no Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de

Educação Superior, que compõe a base de dados oficial e única de informações relativas às Instituições de Educação Superior – IES e dos cursos de graduação do Sistema Federal de Ensino.

Vale ressaltar que, os dados sobre as IES são facilmente acessados e abertos ao domínio público.

A partir daí, foram selecionadas as instituições públicas, estaduais e federais, que fariam parte da investigação. Ou seja, instituições públicas que ministravam cursos de Engenharia, em qualquer uma das especialidades⁴ e, em alguns casos, em mais de um campus.

São elas: Escola de Engenharia de Lorena [EEL-USP]; Escola de Engenharia de São Carlos [EESC- USP]; Escola Superior Agrícola Luiz de Queiroz [ESALQ-USP]; Escola Politécnica da USP [EP – USP]; Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá [FEG-UNESP]; Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira [FEIS-UNESP]; Faculdade de Engenharia de Bauru [FEB-UNESP]; Faculdades de Engenharias da Universidade Estadual de Campinas [UNICAMP]; Faculdades de Engenharias da Universidade Federal do ABC [UFABC]; Faculdades de Engenharias da Universidade Federal de São Carlos [UFSCAR]; Instituto de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de São Paulo [UNIFESP – Campus São José dos Campos] e Instituto Tecnológico de Aeronáutica [ITA].

A partir desse primeiro levantamento, delimitando 12 instituições que atenderam ao primeiro critério estabelecido, foi iniciado através das páginas de cada IES, disponibilizadas na internet, a coleta de dados importantes para a pesquisa, tais como: cursos de engenharia que são ministrados; existência de órgão responsável pelo serviço de apoio ao aluno; e qual o tipo de assistência disponibilizada ao corpo discente.

O Instrumento utilizado para nortear a verificação nas páginas das respectivas instituições, foi composto dos seguintes questionamentos:

- 1) Qual a natureza da instituição e órgão de vinculação do serviço de apoio disponibilizado ao estudante/
- 2) Qual o tipo de assistência estudantil que a escola oferece ao aluno?
- 3) Quais as estratégias utilizadas para disponibilizar a assistência oferecida?

⁴ RESOLUÇÃO Nº 1.010, DE 22 DE AGOSTO DE 2005: Dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.

Resultados e Discussão

O Programa de apoio à Permanência na USP (Figura 1) é administrado pela Superintendência de Assistência Estudantil, sendo disponibilizado em todos os quatro campus aqui pesquisados [EEL-USP; EESC-USP; ESALQ-USP; EP-USP], consistindo de bolsas disponibilizadas anualmente, para alunos da Graduação, que comprovem algum tipo de vulnerabilidade socioeconômica.

O candidato deve preencher formulário específico e entregar os documentos à Coordenadoria de Assistência Social [Coseas] ou aos Serviços Sociais dos campi do interior, responsáveis pela avaliação socioeconômica a partir de critérios estabelecidos. Podem solicitar apoio alunos que estejam cursando uma primeira graduação e que possuam renda per capita de até dois salários mínimos. A indicação para o apoio dependerá da pontuação obtida no Programa de Apoio à Permanência.



Home Seleção de Creches ▾ Apoio Estudantil ▾ Serviços ▾ Restaurantes ▾ Licitações RUCARD ▾ Avisos Gerais ▾

PAPFE

PROGRAMA DE APOIO À PERMANÊNCIA E FORMAÇÃO ESTUDANTIL

O Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil – PAPFE, administrado pela Superintendência de Assistência Social – SAS, integra a política de permanência implantada na Universidade, com ações uniformes em todos os campi da USP, voltadas para alunos de graduação com dificuldades socioeconômicas para se manter na Universidade.

O Programa tem como objetivo promover condições para que o estudante mantenha e amplie suas atividades na academia visando concluir o curso ao qual está vinculado, reduzindo a evasão e contribuindo para a formação acadêmica integral. O Programa disponibiliza apoios e bolsas para os quais os alunos interessados são classificados socioeconomicamente pelos “serviços sociais” de todos os campi, utilizando critérios unificados.

Os apoios e bolsas que compõem o PAPFE/Graduação destinam-se a alunos regularmente matriculados na Universidade que estejam cursando sua primeira graduação (não são aceitas inscrições de alunos já graduados).

Integram o Programa:

- Apoio-Moradia (vaga em Conjunto residencial nos campi que oferecem esse tipo de apoio e auxílio financeiro mensal);
- Auxílio Alimentação;
- Auxílio-Livros;
- Auxílio Manutenção – Destinado apenas aos alunos da EACH / USP Leste.
- Auxílio Transporte – Apenas para alunos dos Campi do Interior.

Figura 1: Programa de apoio á permanência e formação estudantil oferecido pela USP

Fonte: <http://sites.usp.br/sas/papfe/>

Na UNESP, o Programa de Apoio ao Estudante [PAE], caracteriza-se como órgão responsável por atuar e promover uma política compensatória que contribua para a permanência do estudante da UNESP no curso, possibilitando-lhe melhor desempenho nas questões acadêmicas e, conseqüentemente, melhor qualificação profissional. É desenvolvido através de três programas, sendo disponibilizado e acompanhado pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária, conforme demonstrado na Figura 02.

Programas da PROEX - Apoio Institucional ao Estudante -PAE-

As atividades do Programa UNESP de Apoio ao Estudante desenvolvem-se dentro das políticas e objetivos traçados pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária e visa contribuir para o aprimoramento e a permanência do estudante de graduação na UNESP, possibilitando-lhe melhor desempenho nas atividades acadêmicas e, conseqüentemente, melhor qualificação profissional.

Os trabalhos do Programa se desenvolvem baseados em três projetos:

1) Bolsas e Auxílios

As normas do Projeto de Bolsas e Auxílios estão estabelecidas na Resolução UNESP 63/97, compreendendo três modalidades de bolsas e duas de auxílios:

- *Bolsa de Apoio ao Estudante*: destina-se aos alunos com comprovada carência sócio-econômica;
- *Auxílio-Estágio*: destina-se ao aluno que desenvolve estágio, não remunerado, exigidos pelo currículo de graduação;
- *Bolsa de Extensão Universitária*: destina-se a incentivar o aluno que atua em programas, projetos ou atividades de extensão e assuntos comunitários dos departamentos, aprovados pelas unidades universitárias;
- *Bolsa de Incentivo Técnico-Acadêmico*: destina-se a incentivar o aluno que atua em projetos ou atividades de caráter técnico-acadêmico e de interesse da universidade, não incluído nas outras modalidades de bolsas;
- *Auxílio de Aprimoramento*: destina-se ao aluno que apresente trabalho em evento científico e ao que desenvolva atividade de curta duração, consideradas relevantes para a sua formação profissional.

2) Intercâmbio de estudantes

A Resolução UNESP 43/99, instituiu o "[Projeto de Intercâmbio da UNESP com Universidades no Exterior](#)", especificamente com aquelas conveniadas, para realização de estágios de curta duração nas unidades universitárias da UNESP, em nível de graduação. O projeto prevê a recepção de estudantes estrangeiros, concessão da "Bolsa Auxílio" e as mesmas possibilidades de estágio aos nossos alunos no exterior, possibilitando maiores oportunidades de aprimoramento acadêmico e científico, preparando-os para os desafios do futuro.

Atualmente, têm-se com 21 países, 47 convênios em vigência, além do convênio promovido pelo governo da Espanha para o desenvolvimento do Projeto de Cooperação Interuniversitária-PCI, coordenado pela embaixada da Espanha. O [intercâmbio da UNESP](#) é divulgado às universidades estrangeiras conveniadas por meio da home page da PROEX. O Projeto divulga 85 ofertas de estágios distribuídas em 31 áreas do conhecimento.

Finalmente, a presença de estudantes estrangeiros nas nossas unidades universitárias é estimuladora tanto para os alunos quanto para os professores orientadores da UNESP. A troca cultural e científica é favorecedora de atitudes acadêmicas plurais, adequadas à pesquisa, bem como ao desenvolvimento de espírito universalista.

3) Apoio a eventos acadêmicos

Figura 2: Apoio institucional ao estudante da Unesp

Fonte: <https://www.unesp.br/proex/programasproex/pae.htm>

Na UNICAMP, a política de permanência é oferecida através do Serviço de Apoio ao Estudante [SAE], órgão da Pró-Reitoria de Graduação, que desenvolve ações de auxílio e orientação nas diversas áreas da assistência estudantil, buscando facilitar a permanência estudantil (Figura 3).



Figura 3: Serviço de Apoio ao estudante da Unicamp

Fonte: <https://www.portal.sae.unicamp.br/index.php/pt/sae/institucional>

A UFABC, oferece aos estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica alguns Programas de Apoio, através da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas [ProAP] (Figura 4). A ProAP, criada em 2010, encampou alguns

programas já existentes antes de sua criação, como a gestão das bolsas socioeconômicas (permanência e moradia), executadas pelo antigo NAE [Núcleo de Apoio ao Estudante], que passou a se chamar DAEG [Divisão de Apoio ao Estudante da Graduação].

The image shows a screenshot of the UFABC ProAP website. The top header is green with the UFABC logo on the left and navigation links like 'Ir para conteúdo', 'Ir para menu', 'Ir para busca', and 'Ir para rodapé' on the right. Below the header, the main content area has a dark green background with the text 'Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas' and 'UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC'. A search bar is visible on the right. The main content area is white and features a sidebar on the left with a 'PROAP' logo and a list of menu items: 'Página inicial', 'Notícias', 'Editais', 'Acessibilidade', 'Bolsas Socioeconômicas', 'Direitos Humanos e Psicossocial', and 'Formulários'. The main content area has a breadcrumb trail 'PÁGINA INICIAL > BOLSAS SOCIOECONÔMICAS > BOLSAS E AUXÍLIOS' and a large heading 'Bolsas e Auxílios'. Below the heading, there is a paragraph explaining the section's purpose. The page lists four types of aid: 'Auxílio-Alimentação Tipo I', 'Auxílio-Alimentação Tipo II', 'Auxílio-Creche', and 'Auxílio Moradia', each with a brief description of its target audience and purpose.

Figura 4: bolsa e auxílios oferecidos aos alunos da UFABC

Fonte: <http://proap.ufabc.edu.br/bolsas-socioeconomicas/bolsas-e-auxilios>

A Universidade Federal de São Carlos oferece apoio estudantil através da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis [ProACE], aos alunos veteranos e ingressantes,

matriculados em cursos de graduação presenciais, para obtenção do seu primeiro diploma de graduação, e que apresentem situação de vulnerabilidade sócio econômica devidamente comprovada.

The image shows a screenshot of the website for the Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (ProACE) at UFSCAR. The header includes the UFSCAR logo and the text 'Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis' with a 'plug-in Adobe Flash Player' notice. A navigation bar contains links for 'Página Inicial', 'Institucional', 'Araras', 'Lagoa do Sino', 'São Carlos', 'Sorocaba', and 'CoACE'. Below this, there are links for 'Equipe', 'Organograma ProACE', and 'ProACE'. The main content area is titled 'Serviços' and lists various support services: 'Alimentação e restaurantes universitários', 'Assistência ao Estudante', 'Assistência em saúde', 'Bolsas e auxílios para estudantes', 'Educação infantil', 'Esportes e atividades físicas', 'Site Bolsas', and 'SOS estudante'. The 'Apresentação' section follows, with a breadcrumb trail 'Você está aqui: Página Inicial → Institucional'. The 'Apresentação' text states that ProACE was created by Portaria GR n. 203 de 20/07/2009 and manages administrative units across four campuses. It lists three objectives: 1º. Maintaining an updated student assistance policy; 2º. Institutionalizing and promoting actions for student retention; 3º. Analyzing the impact of government investments on student permanence.

Figura 5: Apoio estudantil oferecido aos alunos da UFSCAR

Fonte: <http://www.proace.ufscar.br/institucional>

O Núcleo de Apoio ao Estudante [NAE] é um órgão de apoio acadêmico aos estudantes da Universidade Federal de São Paulo [UNIFESP] que busca efetivar a Política de Assistência Estudantil definida pelo Conselho de Assuntos Estudantis [CAE], estando vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis [PRAE].

The image shows a screenshot of the Unifesp website. At the top, there is a green header with the Unifesp logo on the left and navigation links: Vestibular, Concurso, Fale Conosco, Ouvidoria, Transparência Unifesp, Acesso à Informação, and Imprensa. Below this is a dark green banner with the text 'Campus São José dos Campos' and 'Instituto De Ciência E Tecnologia'. A blue navigation bar contains links: PÁGINA INICIAL, INSTITUCIONAL, ADMINISTRAÇÃO, GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA, SERVIÇOS, and a red button 'Envie sua pro'. Below the navigation bar, there is a breadcrumb trail 'HOME / BOLSAS' and a small box for 'Cooperação ICT/SPDM-SJC' with an 'Acontece n' button. The main content area has a sidebar on the left titled 'NÚCLEO DE APOIO AO ESTUDANTE' with a menu: Apresentação, Bolsas, Moradia, Alimentação, and Acolhimento e Saúde. The main heading is 'Programa de Auxílio para Estudantes - PAPE'. Below it is the subtitle 'Critérios de Definição, Seleção, Avaliação e Inclusão do Programa de Auxílio Para Estudantes (PAPE- Unifesp)'. The first section is '1. A Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo', followed by a paragraph: 'A Política de Assistência Estudantil da Unifesp visa criar condições de permanência e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e é destinado a todos os estudantes matriculados nos diversos cursos de graduação de todos os campi da Universidade Federal de São Paulo que se apresentam em tal situação (os indicadores utilizados para aferir uma situação de vulnerabilidade estão explicitados no item 3).'

Figura 6: Programa de Auxílio para Estudantes da Unifesp

Fonte: <https://www.unifesp.br/campus/sjc/bolsas/784-pape.html>

Todos os alunos de graduação dos cursos de engenharia do ITA são bolsistas do Comando da Aeronáutica [COMAER], com ensino e alimentação gratuitos, bem como alojamento oferecido com um custo baixo (70,00 Reais/ mensais). Os alunos, no momento da matrícula, respondem a questionários voltados para questões socioeconômicas e psicológicas. Após avaliação da equipe multiprofissional da Divisão de assuntos Estudantis [DAE], órgão ligado à Pró-Reitoria de Graduação, os alunos que são declarados em situação de vulnerabilidade social, recebem a isenção do pagamento da taxa de alojamento e uma bolsa, atualmente, no valor de R\$ 500,00, patrocinada pela Associação de Engenheiros do ITA [AEITA].

FADA amplia e diversifica possibilidades de apoio ao ITA

Publicado em 18/06/2018



Uma importante atividade do FADA (Fundo AEITA de Apoio) tem sido o gerenciamento das doações de recursos para o financiamento do programa Bolsa Aluno, que apoia estudantes do ITA em situação de vulnerabilidade financeira e social. Em 2018, estão sendo fornecidas em média 27 bolsas mensais, no valor de R\$ 500 (o número de alunos é flutuante, pois alguns solicitam a interrupção da bolsa quando conseguem alguma fonte de renda).

Em 2018, a AEITA está intensificando uma segunda missão do FADA, que é a de administrar doações voluntárias de iteanos ou outros parceiros, para iniciativas dos alunos do ITA: Centro Educacional Santos Dumont (CASD Vest e CASDinho), CASSIS, RedeCASD, Atlética, Baja, Aerodesign, Olimpíada Internacional de Matemática, Maratona de Programação, ITAndroids, Formula ITA, entre outras.

Figura 7: Fundo AEITA de apoio ao estudante do ITA

Fonte: <http://www.aeita.com.br/2018/06/18/fada-amplia-e-diversifica-possibilidades-de-apoio-ao-ita/>

De uma forma geral, as instituições disponibilizam algum tipo de apoio ao aluno, principalmente, aos que estão em situação de vulnerabilidade social.

Observamos que as instituições estaduais [UNESP, USP e UNICAMP] já desenvolvem políticas de apoio ao estudante há mais tempo que as demais instituições estudadas (Federais) e, portanto, possuem estruturas já mais consolidadas neste sentido.

Uma hipótese levantada sobre as dificuldades das federais em implantar estratégias de ajuda diz respeito a maior burocracia enfrentada por essas instituições.

Tal dificuldade poderá ser reduzida através do Programa de Bolsa Permanência [PBP]⁵, lançado pelo Governo Federal, em 2013. O PBP visa a concessão de auxílio financeiro aos estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior, em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas.

⁵ A Bolsa Permanência é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Seu valor, estabelecido pelo Ministério da Educação, é equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica, atualmente de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Para os estudantes indígenas e quilombolas, será garantido um valor diferenciado, igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, em razão de suas especificidades com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal (Portaria do MEC nº 389, de 9 de maio de 2013)

Com a pesquisa, observa-se que as Instituições estudadas procuram oferecer a associar a qualidade do ensino à uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, cultura e lazer, entre outros.

Existe consenso entre os estudiosos da área de educação que o estudante universitário precisa, igualmente, de material didático, equipamentos de aprendizagem prática, de acesso à informação e a oportunidades de participação em eventos acadêmicos e culturais.

Não podemos perder de vista que, a manutenção de políticas de assistência estudantil, além de um direito social, tem como objetivo garantir meios para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante em situação de vulnerabilidade social, obtenha adequado desempenho curricular, podendo assim, conseqüentemente, diminuir o percentual de abandono e de trancamento de matrícula.

E, segundo Araújo (2003, p.99), é relevante prosseguir com a discussão e implementação da assistência estudantil no Brasil, por ser um dos países em que se verifica as maiores taxas de desigualdade social, fato visível dentro da própria universidade, onde um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do vestibular, já ingressam em condição desfavorável, frente aos demais, que tiveram um percurso de formação mais adequado.

E ainda, como complementa Carvalho (2005), a necessidade da população mais carente, vai além da gratuidade integral ou parcial para estudar. Esses estudantes precisam de apoio para locomoção, moradia estudantil, alimentação, assistência médica, bolsas de pesquisa, entre outros.

Resumindo, destaca-se que, a busca pela redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da Universidade e da própria sociedade, devendo ir além e não apenas ao acesso à educação superior gratuita.

Desde a Constituição Federal de 1988, a educação assumiu enfoque diferente das versões anteriores. Em seu art. 205, a Constituição salienta que a educação é direito de todos e dever do estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, para o desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania, além da qualificação para o trabalho.

Além disso, o texto oficial também deixa claro que um dos princípios do ensino será “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1988).

O atual contexto educacional mostra-se complexo, refletindo, muitas vezes, as tensões cotidianas presentes na sociedade. O espaço escolar, apesar de ser entendido como democrático e possível de abarcar todos os exemplos de etnias, religiões, preferências sexuais,

culturas etc, ainda se baseia num único tipo de aluno, de uma classe social sem dificuldades, com uma família estruturada etc.

Com a ampliação de vagas e a inserção em maior número de estudantes oriundos das camadas sociais menos abastadas no Ensino Superior brasileiro, mais notadamente durante a primeira década do século XXI, a necessidade de se garantir meios para que estes alunos tivessem condições de permanecer nas instituições e concluir seus cursos tornou-se ainda mais evidente.

Diante do considerável aumento de alunos no ensino superior, podemos observar uma tendência entre as IES em não mais se restringir a preocupações com o desempenho acadêmico e a frequência escolar de seus estudantes, buscando outros elementos e indicadores que também garantam uma consistente formação profissional.

Sobre o ensino superior no Brasil, é importante mencionar que este, diferente da realidade apresentada em outros países da América Latina, só veio a ter seus primeiros cursos superiores, séculos após a chegada dos europeus, a partir da chegada da família real portuguesa, em 1808, com um modelo de “formação para profissões tradicionais, como direito e medicina, ou para as engenharias” (Sampaio, 1991).

Do mesmo modo, é relevante registrar que o acesso a estas sempre foi reservado às elites do país, sendo poucos os casos de jovens de famílias menos abastadas, que tivessem acesso ao curso superior. Somente a partir da década de 1930, segundo Costa (2009) é que se percebe um incentivo do governo brasileiro para a criação de universidades, já que nos anos de 1930, Getúlio Vargas assume a presidência do país, dando bastante destaque as questões relacionadas à educação. “[...] Além do mais, cabe destacar, que foi nessa época que ocorreu a primeira reforma do ensino voltada a educação superior e conseqüentemente foi a primeira tentativa de regulamentar a assistência para estudantes desse grau de ensino” (Costa, 2009).

Com o início do século XX, houveram algumas “mudanças substanciais na educação superior do país: as décadas iniciais contribuíram com o reconhecimento e institucionalização das primeiras universidades, a década de 1960 com a expansão e modernização das universidades públicas e, nas últimas décadas a ênfases recaiu na expansão e forte aceleração do setor privado” (Krainski, 2014).

A partir dos anos 1990, verificamos através da ampliação de vagas e acesso nas universidades, uma modificação gradual, de um sistema elitista para uma realidade mais democrática (Viecelli et al., 2009).

Assim, a permanência dos estudantes nos cursos universitários, tornou-se tema de pesquisas, demandando das Instituições de Ensino Superior o maior conhecimento sobre o

assunto que signifique, instrumentos para implementação de programas de permanência e inclusão.

Para Francis (1993), o acesso ao ensino superior é uma forma de diminuir desigualdades sociais e econômicas, a partir do momento que um maior nível de escolaridade, permitirá que os estudantes possam acessar mais oportunidades de trabalho e melhor remuneração.

Nas universidades públicas, a evasão ocasiona a elevação dos custos e vagas ociosas (Andriola et al., 2006; Sampaio et al., 2011).

Apesar disso, ainda são tímidas as iniciativas e propostas para o enfrentamento do problema, pois a evasão estudantil no ensino superior é um problema internacional que afeta, fortemente, os indicadores educacionais. As perdas de estudantes que iniciaram e não concluíram seus cursos, são números que apontam para desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos” (Silva Filho et al., 2007).

Para Sampaio et al. (2011), o tema ainda é pouco entendido no contexto brasileiro, assim faz-se relevante pesquisar as razões da evasão e da reprovação, além das medidas preventivas adotadas pelas IES.

A política de assistência estudantil, antes instituída de forma provisória ou isolada, passou a ser fundamental como garantia de permanência de alunos retidos ou evadidos, nos diversos cursos superiores brasileiros.

Para o caso das Universidades Públicas Federais, o Governo brasileiro buscou uma forma de minimizar este problema através do Programa Nacional de Assistência Estudantil [PNAES], que garante o aporte financeiro para que as Instituições Federais de Ensino Superior [IFES] desenvolvam ações que visem assegurar a permanência destes estudantes na Universidade.

O próprio Ministério da Educação manifesta tal preocupação com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior [SINAES]⁶, o qual tem como objetivo verificar se todos os requisitos para atingir as metas referentes ao processo de ensino aprendizagem estão sendo executados, sendo os serviços de apoio aos estudantes, um dos componentes avaliados.

As avaliações institucionais, internas e externas, realizada através do SINAES,

⁶ LEI Nº 10.861, de 14 de Abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

considera 10 dimensões⁷, cada qual com elementos que pretendem verificar as ações desenvolvidas nos estabelecimentos de ensino. O apoio ao discente pode ser observado em várias dimensões, estando particularmente presente no item de número 9: “Políticas de atendimento aos estudantes”. Basicamente, a preocupação registrada neste item, diz respeito a existência e manutenção de serviços e programas que visem o apoio às diversas necessidades apresentadas pelos estudantes, proporcionando a melhoria do seu desempenho, através da garantia da qualidade dos serviços oferecidos pelas IES.

A busca pela qualidade no ensino, em consonância com o projeto político-pedagógico das instituições, leva a implantação, pelo que é observado, em diversas instituições, aos serviços de apoio aos estudantes.

Ou ainda, como alerta Faria e Dias (2007, p. 20) o projeto político-pedagógico, reconhece e legitima a instituição educativa como histórica e socialmente situada, constituída por sujeitos culturais, que se propõem a desenvolver uma ação educativa a partir de objetivos traçados. Assim, são compartilhados concepções e valores, que definem os princípios da ação pedagógica.

A busca pela qualidade no ensino, em consonância com o projeto político-pedagógico das instituições, leva a implantação, pelo que já observamos, dos serviços de apoio aos estudantes.

Os diversos serviços presentes nas IES são compostos, muitas vezes, por equipe multidisciplinar (Psicólogos, Pedagogos, Enfermeiros, Assistentes Sociais, Professores, etc), expressando o tipo de atendimento que cada escola deseja disponibilizar.

Na literatura brasileira sobre apoio estudantil, ainda existem poucos estudos sobre a concepção desse serviço e capacitação dos profissionais que neles atuam (pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, técnico em assuntos educacionais).

Os estudos de Santana et al. (2015) concluem que a universidade brasileira ainda não consegue oferecer, adequadamente, apoio aos estudantes que apresentam dificuldades no seu percurso acadêmico da graduação. Destacam, ainda, que muitos estudantes não sabem, muitas vezes, que há um local de apoio ou referem medo de serem discriminados ao procurarem apoio nos serviços. Muitos sabem que estão com dificuldades, mas não sabem quais são ou o que fazer para resolvê-las. Com isso, o estudo salienta a importância da qualificação dos profissionais que atuam na instituição para lidar com esses estudantes. Sendo necessária,

⁷ Missão e PDI; Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; Responsabilidade social da IES; Comunicação com a sociedade; As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo; Organização de gestão da IES; Infraestrutura física; Planejamento de avaliação; Políticas de atendimento aos estudantes; Sustentabilidade financeira.

como aponta Santana et al (2015) a preparação de professores, além de ações para esse grupo de alunos, que ficam marginalizados em torno de preconceitos e de rótulos pejorativos. Esse rótulo, muitas vezes, é legitimado pelo próprio aluno, quando não busca apoio.

Apesar das diversas propostas, o objetivo é o de oferecer estruturas para obtenção de formação consistente e com bases propícias para o enfrentamento dos anos necessários para a formação e para a entrada no mercado de trabalho.

Conclusão

Compreender a assistência estudantil como direito social e dever das instituições escolares, significa ultrapassar a ideia do favor e do assistencialismo, conforme nos alerta Sposati (2002).

As instituições também precisam perceber que, no processo de democratização do acesso ao nível superior de ensino, passamos a ter um corpo discente, cada vez mais heterogêneo, com diferenças de desempenho nos anos anteriores de escolarização, condições socioeconômicas diversas e cujas escolhas podem ter sido influenciadas por muitos fatores.

Refletir sobre o que significa para o estudante, ingressar numa instituição de ensino superior, nos faz perceber que esse jovem precisará desempenhar uma variedade de novos papéis, em idade, cada vez mais precoce, num curto período de tempo, sob considerável estresse, o que poderá significar a necessidade de apoio.

As políticas de permanência dos estudantes, verificadas nas Instituições pesquisadas, em sua maioria, estão relacionadas às ações de distribuição de auxílios financeiros para custos com alimentação, moradia e transporte, entre outros gastos que os estudantes necessitem com sua vida acadêmica. As diversas pesquisas apontam que, essas políticas são essenciais, especialmente para propiciar que estudantes oriundos de contextos familiares desfavorecidos economicamente, tenham condições de permanecer no ensino superior, contribuindo para retenção do estudante e tendo, muito provavelmente, impacto na qualidade do envolvimento do aluno ao curso.

Referências

Almeida, L.S.; Soares, A. P. Os estudantes universitários: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. In: Mercuri, E.; Polydoro, S.A.J. 2003. Estudante universitário: características e experiências de formação. Cabral e Livraria Universitária, São Paulo, SP, Brasil.

Andrade, M.M. 2002. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: normas práticas. 5ed. Atlas, São Paulo, SP, Brasil.

Araújo, J. O. O elo assistência e educação: análise assistência/ desempenho no Programa Residência Universitária Alagoana. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003. Disponível em <HTTP://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/2005428113719.pdf>. Acesso em 01 mar. 2018.

Araújo, M.P. 2007. Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias. Relume Dumará, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Andriola, W.B.; Andriola, C.G.; Moura, C.P. 2006. Opiniões de docentes e de coordenadores acerca do fenômeno da evasão discente dos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Ensaio, 14(52): 65-382.

Assis, A.C.L. 2013. Desafios e Possibilidades da Política de Assistência Estudantil da UFJF. Dissertação de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.

Associação dos Engenheiros do ITA. Fundo AEITA de apoio ao estudante do ITA. <<http://www.aeita.com.br/2018/06/18/fada-amplia-e-diversifica-possibilidades-de-apoio-ao-ita/>>. Acesso em 10 fev. 2018.

Bessa, J.; Tavares, J. 2000. Níveis de ajustamento e Auto-regulação acadêmica em estudantes do primeiro ano (comum) de Ciências e Engenharias. p. 107-132. In: Tavares, J.; Santiago, R.A. Ensino Superior (in)sucesso acadêmico. Editora Porto, Porto, Portugal.

Bori, C.M.; Durham, E.R. 2000. Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/resultados.asp?subcat=24>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

Brasil. Decreto nº 14.343, de 07 set. 1920. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>> Acesso em: 01 mar. 2018.

Brasil. Decreto nº 19.851, de 11 abr. 1931. Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19851.htm>. Acesso em: 20 mar. 2018.

Brasil. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 jul. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

Brasil. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 set. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

Brasil. Lei nº 4.024, de 20 dez. 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 jan.1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

Brasil. Decreto nº 66.967, de 27 jul. 1970. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho-1970-408779-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

Brasil. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 01 mar. 2018.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 01 mar. 2018.

Brasil. Lei nº 10.172, de 09 jan. 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 01 mar. 2018.

Brasil. Projeto de Lei nº 3.627 de 2004. Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ref_projlei3627.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2018.

Brasil. Decreto nº 7234 de 19 jul. 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Poder Executivo. Brasília, DF. Acesso em: 01 mar. 2018.

Carvalho, C.H.A. 2005. Política de ensino superior e renúncia fiscal: da reforma universitária de 1968 ao PROUNI. In: 28ª Reunião Anual da ANPED, no GT: Política de Educação Superior. 2005, Caxambu, MG, Brasil. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 05 maio 2018.

Costa, S.G. 2009. A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/37031>>. Acesso em 10 maio 2018.

Faria, V.L.B.; Dias, F.R.T.S. 2007. Currículo na educação infantil: diálogos com os demais elementos da proposta pedagógica. Scipione, São Paulo, SP, Brasil.

Francis, L.P. 1993. In defense of affirmative action. p. 9 –47. In: Cahn, S.M. Affirmative Action and University: a philosophical inquiry. Temple University Press, Philadelphia, PA, USA.

Fórum nacional de pró-reitores de assuntos comunitários e estudantis [FONAPRACE]. 2007. FONAPRACE: 20 Anos 1987-2007. Brasília, DF, Brasil.

Fórum nacional de pró-reitores de assuntos comunitários e estudantis [FONAPRACE]. 2012. Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. TC Gráfica e Editora Brasília, Brasília, DF, Brasil.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

Jorge, M.S.B.; Rodrigues, A.R.F. 1995. Serviços de apoio ao estudante pelas escolas de enfermagem no Brasil. Revista Latino-Americana de Enfermagem. 3(2): 1-9.

Krainski, L.B. 2014. Reflexões sobre a política de acesso e permanência no ensino superior público. Florianópolis, SC, Brasil. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/131695>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MEC/SESU. 1997. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. ANDIFES/ABRUEM/SESU/MEC, Brasília, F, Brasil.

Pelissoni, A.M.S.; Tittanegro, F.S.; Fahl, A.C. 2008. Desenvolvimento estudantil: parceria entre o serviço de atendimento ao estudante [SAE] e a coordenação dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da FAC 2. Revista de Educação. 11 (11): 27-38.

Pouzada, A. S.; Almeida L. S.; Vasconcelos R. M. (Orgs.), 2002. Contextos e dinâmicas da vida acadêmica (p. 137-146). Guimarães: Universidade do Minho.

Richardson, R.J. 1999. Pesquisa social: métodos e técnicas. Atlas, São Paulo, SP, Brasil.

Sampaio, H. 1991. Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990). Universidade de São Paulo, Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/download/docs/dt9108.pdf>>. Acesso em 05 nov. 2017.

Sampaio, B.; Sampaio, Y.; Mello, E.; Melo, A. 2011. Desempenho no vestibular, background familiar e evasão: evidências da Universidade Federal de Pernambuco. In: XV Encontro Regional de Economia, 2011, Brasil. Anais... p. 15.

Santana, A.P.O.; Donida, L.O.; Monteiro, A.L.L.C.P.; Silva, S.M. 2015. Acessibilidade e permanência: um estudo do programa institucional de apoio aos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação 10 (esp): 673-689.

Serpa, M.N.F.; Santos, A.A.A. 2001. Atuação no ensino superior: um novo campo para o psicólogo escolar. Psicologia Escolar e Educacional 5 (1): 27-35.

Silva Filho, R.L.L.; Motejunas, P.R.; Hipolito, O.; Lobo, M.B.C.M. 2007. A evasão no ensino superior brasileiro. Cadernos de Pesquisa 37(132): 641-659.

Silveira, M.M. 2012. A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. Dissertação de Mestrado em Política Social. Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

Souza, C.T.; Petró, C.S.; Gessinger, R.M. 2012. Um estudo sobre evasão no ensino superior do Brasil nos últimos dez anos: as possíveis causas e fatores que influenciam no abandono. Prevendo o risco do abandono. In: Conferencia Latino Americana sobre el abandono em la educacion superior [CLABES], 2012. Porto Alegre, RS, Brasil. Anais...p. 53.

Sposati, A. 2002. Regulação social tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. In Anais do 7º Congresso Internacional Del Clad sobre reforma del estado y dela administration pública. Lisboa, Portugal. Anais... p. 32- 35.

Universidade Estadual de Campinas. Serviço de Apoio ao Estudante. Disponível em: <<https://www.portal.sae.unicamp.br/index.php/pt/sae/institucional>> Acesso em 10 fev. 2018.

Universidade Estadual Paulista. Apoio Institucional ao Estudante -PAE. Disponível em: <<https://www.unesp.br/proex/programasproex/pae.htm>>, Acesso em 10 fev. 2018.

Universidade Federal de São Carlos. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - ProACE. Disponível em: <<http://www.proace.ufscar.br/institucional>>. Acesso em 10 fev. 2018.

Universidade Federal do ABC. Seção de Bolsas e Auxílios da ProAP. Disponível em: <<http://proap.ufabc.edu.br/bolsas-socioeconomicas/bolsas-e-auxilios>> Acesso em 10 fev. 2018.

Universidade Federal de São Paulo. Programa de Auxílio para Estudantes - PAPE. Disponível em:<<https://www.unifesp.br/campus/sjc/bolsas/784-pape.html>>. Acesso em 10 fev. 2018.

Universidade de São Paulo. Superintendência de Assistência Social - SAS. São Paulo. Disponível em:< <http://sites.usp.br/sas/papfe/>>, Acesso em 10 fev. 2018.

Viecelli, E.; Trevisol, J.V.; Trevisol, M.T. 2009. O ensino superior no Brasil: políticas e dinâmicas da expansão (1991-2004). Roteiro, Joaçaba, 34(2):215-242.